Assembleia de Freguesia de Freguesia de Sobral da Adiça

Ata de Assembleia N.º 2021/1

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2021

Local de realização Sede da Junta de Freguesia

Assembleia de Freguesia de Freguesia de Sobral da Adiça

Aos quinze do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, nos termos do art.º 11.º e 12.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, reuniu pelas vinte e uma horas e nove minutos, em sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia de Sobral da Adiça, na Sede da Junta de Freguesia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Daniel Filipe da Silva Barreto, com as presenças dos membros Presidente da Assembleia Daniel Filipe da Silva Barreto, 1º Secretário Manuel António Fraústo Verdades, Membro Antónia Cândida Machado Mestre, Membro Rita João Pina Dinis, Membro Pedro Manuel Garcia Nunes, 2º Secretário Francisco António Almeida dos Santos Baldonado, e faltas dos membros 1ª Secretária Cristina José Garcias Valente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Não houve inscrições.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1 – Assuntos de interesse geral.

A senhora Rita Dinis disse folgar em saber que tanto o senhor Presidente da Junta assim como a sua família já se encontram recuperados, desejando as melhoras à sobrinha que ainda se encontra positiva, esperando que sem sintomas de maior e que tenha uma recuperação rápida. No que se refere aos assuntos de interesse geral quis falar sobre um assunto que não tinha qualquer enquadramento em mais nenhum ponto e que foi o seguinte: na semana anterior, disse ter recebido um telefonema do administrativo António Limpo, relativamente a um ofício da Inspeção Geral de Finanças solicitando os contactos dos membros da Assembleia e uma vez que não lhe foi adiantado mais nada queria saber a que se refere este pedido.

O senhor Presidente da Junta disse que se este assunto não fosse abordado por ninguém da Assembleia de Freguesia, naturalmente ele iria fazê-lo, dizendo que não poderia abordar mais a fundo o e-mail da IGF, e que julga toda a gente o terá recebido, como e-mail ou carta, uma vez que a Junta de Freguesia respondeu e forneceu todas as moradas e endereços de e-mail (de quem o forneceu) que lhe foram solicitados. Referiu não poder falar ainda sobre o assunto da forma que gostaria, por o e-mail referir que é confidencial e que toda a gente contactada vai ter que fazer um Contraditório Pessoal. Disse que os eleitos da CDU já todos receberam essa informação tendo a senhora Rita Dinis dito que a sua bancada ainda não tinha

recebido. O senhor Presidente da Junta disse que o Projeto Relatório expõe as constatações, conclusões e recomendações provisórias da IGF, as quais podem sofrer alterações em função das observações e informações recebidas através do direito de Contraditório Pessoal, pelo que deve ser considerado confidencial, concluindo que o conteúdo do referido documento não poderá ser divulgado da forma que o Executivo da Junta gostaria para evitar que possa incorrer em ilegalidade. Disse ainda relativamente à IGF aquilo que há a fazer é um direito contraditório em relação à queixa de que a Junta de Freguesia foi alvo que foram entre outras que se tinha feito um empréstimo ilegal, falsificado assinaturas, adulterado atas, enganado a Caixa de Crédito Agrícola com essas assinaturas para obter um empréstimo, que se beneficiava um familiar direto na Sociedade A Monumental Sobralense em detrimento de todos os outros estabelecimentos de restauração, cafés, etc., que as contas não estavam claras, etc., no entanto disse que há uma coisa que deixa o Executivo da Junta satisfeito que é não ter havido um cêntimo saído fora da Junta que não tivesse tido justificação, não havendo indícios de qualquer prática de crime ou de favorecimento pessoal. Refere também que foi marcada uma Assembleia para substituir o membro do Executivo que renunciou ao cargo tendo sido cancelada a Assembleia porque o membro escolhido para a substituição não fazia parte da lista. O que acontece é que se entregam 16 nomes no Tribunal com a constituição das listas, mas apenas 14 são elegíveis. Disse que em relação ao IGF lamentam profundamente que tenham sido alvo deste tipo de calúnias o que os deixa tristes por não verem a política desta forma, não veem a política pondo em causa tudo e todos. Que é uma situação que põe em causa o Executivo, a Assembleia e os trabalhadores da Freguesia, sendo no mínimo lamentável, perguntando-se que como é que quem fez este tipo de queixa se pode deitar na sua cama e consegue dormir. Quis ainda acrescentar que é referido no documento da IGF que o processo que deu origem à construção do Parque Infantil tem algumas lacunas, tais como a rubrica como foi classificada a despesa que era para sair da 100 e saiu da 101, que o crédito era para ter sido classificado como sendo da 200 e foi da 202, tinha que ter tido visto prévio do Tribunal de Contas, na altura o consultor disse que não era necessário, encontrando-se a Junta fazer a exposição com base na lei que refere isso, que o endividamento não podia contabilizar as receitas provenientes da Câmara Municipal, por exemplo o

acordo com a Câmara Municipal não podia ter sido contabilizado para esse empréstimo mas apenas o Fundo de Financiamento das Freguesias, não sabendo o senhor Presidente da Junta como é que o Banco se não podia ser contabilizado eles fizeram conta com o orçamento tendo a Junta também feito a sua conta e foi muito à de cima que o Executivo é acusado. Falando vulgarmente acusado de roubar, de peculato, de beneficiar um familiar, sendo que o único familiar que o senhor Presidente da Junta tem que trabalha num café ou que alguma relação com café é na Sociedade União Recreativa Sobralense e não com a Sociedade A Monumental Sobralense, pois na Sociedade Recreativa é seu tio e o da Sociedade Monumental não deixa de ser uma pessoa como outra qualquer, um amigo. Disse existir portanto aqui uma situação que poderá acontecer que é a de os eleitos estarem a incorrer numa multa, assumindo o Executivo isso com toda a tranquilidade, não com naturalidade porque acham que é injusto, e que todos os dias vêm para a Junta trabalhar de borla, inclusivamente a senhora Secretária do Executivo que nem recebe a Compensação para Encargos atribuída aos membros da Junta, e a haver dúvidas tal facto poderá ser provado, pelo que como é lógico não se ia deixar de receber essa compensação e estar a roubar por outro lado. Por outro lado disse que até é bom pois os dois mandatos que têm neste momento foram auditados por um instituição que se calhar será uma das maiores senão a maior do país a este nível tendo questionado que qual será a Câmara ou a Junta que tem todos os processos a 100 por cento, sem um erro sem nada, pois a Junta até tem técnicos qualificados para o efeito, existindo um consultor que dá esse apoio, tendo-se errado nas rúbricas, no que não devia ter sido contabilizado, havendo uma coisa que é certa é lá referido sendo uma coisa que joga a favor do Executivo da Junta, que o Parque Infantil se encontra feito, o dinheiro está pago e a Junta tem as contas com bastante saúde financeira, sendo verdade que não podia ter sido feito assim, sendo verdade que quando foi feita a renegociação do empréstimo não o poderia ter sido feito desta forma e se tinham que ter consultado novamente 3 bancos, é verdade, não se fez e assume-se isso pois a Junta de Freguesia nunca incorrerá em qualquer despesa, quem poderá incorrer disse ser ele enquanto responsável máximo. Disse ter feito de consciência tranquila em primeiro lugar quando foi a renegociação dos empréstimos, pois toda a gente sabe que essa renegociação foi feita para pagar aos trabalhadores, pois ou se pagava o empréstimo

ou os trabalhadores recebiam o seu vencimento, tendo optado ao que acham bem, e que o IGF fará aquilo que entender, Disse que de resto só lhes dá tranquilidade pois demonstra que mesmo o IGF dizendo que não foi bem contabilizada a taxa de esforço de forma correta, ficou provado que se conseguiu pagar o empréstimo sem qualquer dificuldade estando bastante tranquilos em relação a essa situação e disse para a Assembleia, àqueles que já receberam a carta, que vão fazer o contraditório pessoal juntamente com eles e que irão assumir este erro de contabilização não querendo que eles entrem nisso e em última instância disse ter sido de facto ele que naturalmente por desconhecimento, pois se lhe perguntarem quais são as rúbricas não sabe pois não é essa a sua área profissional, mas quando se exercem estes cargos muitas vezes acontecem situações destas, principalmente quando há pessoas más porque quando se fazem este tipo de queixas, colocando tudo em causa, pensando que ninguém está aqui para benefício pessoal e que tudo oque aqui se faz, os trabalhadores fazem os procedimentos o melhor que sabem, se existe algum engano é por desconhecimento, tanto eles como o Executivo, garantindo que não é nunca de forma propositada. Relativamente a esta situação do IGF disse que ficam orgulhosos do ponto de vista da gestão financeira, tendo sido auditados e que se calhar, não sabe se já alguma Junta de Freguesia do concelho de Moura o foi desta forma, tendo passado nesta audição apenas com um processo com lacunas que poderia ter tido outros contornos, mas que também não é por aí que lhe tira o sono, pois se dissessem que ele tinha roubado o dinheiro, que o Tesoureiro tinha roubado dinheiro, a Secretária tinha roubado o dinheiro, que algum dos trabalhadores tinha roubado algum dinheiro, isso é que o deixava preocupado, mas dizerem que a rúbrica não era aquela ou que aquilo não foi assim, não é por aí que lhe tira a vontade de continuar e a vontade de trabalhar. Pensa que todos irão receber um documento para Direito de Contraditório.

O senhor Tesoureiro da Junta não se encontrando presente por estar em isolamento profilático pediu para intervir via videoconferência, no seguimento da intervenção do senhor Presidente da Junta disse que este tinha sido bastante claro na abordagem que fez a um tema bastante importante para o Executivo, que muito lhes diz e os deixa orgulhosos em termos de gestão financeira e não só, relativamente a todas as acusações que lhes foram feitas tais como roubo, peculato, etc., disse haver uma

coisa que queria reforçar e que o senhor Presidente da Junta referiu, o Executivo da Junta acarretará sempre com o ónus desta causa, serão sempre eles e em termos de contraditório querem deixar assente essa questão, fazendo a ressalva de que se houver alguma penalização em termos monetários, mesmo no que se refere à responsabilidade dos membros da Assembleia de Freguesia, o Executivo da Junta irá assumir sempre o ónus da causa, pois como é sabido, todos os documentos presentes à Assembleia passam sempre pela reunião de Junta. Quis ainda referir uma parte que o senhor Presidente da Junta não abordou e que é muito clara, o dinheiro foi pedido, foi utilizado e está pago, o que é ainda mais importante, ao dia 15 de abril de dois mil e vinte e um a Junta de Freguesia tem de disponibilidades 51.343,69€, havendo 600,00€ os que são pagos por débito direto no início do próximo mês, o que significa que a gestão financeira encontra-se totalmente organizada e bem feita, o que disse ser um orgulho para o Executivo em todo este processo e esta queixa, disse que não a queria adjetivar uma vez que os temos que lhe ocorriam não serem muito próprios, mas que apesar de tudo terá tido bastante positividade para o Executivo, uma vez que os deixa orgulhosos do trabalho que desenvolveram desde 2013.
O senhor Presidente da Junta pediu desculpa mas disse que tinha que continuar e que iria adjetivar as denúncias de que foram alvo, que foram de forma cobarde pois quando queremos denunciar um facto não temos que ter medo. Nessa queixa, uma das situações que é referida é que tem que ser feita anonimamente porque as pessoas que estão contra a Junta são perseguidas, no entanto disse que isto não iria ficar por aqui. Na queixa ao IGF é referido pelo queixoso que segue igual queixa para o Ministério Público e caso não fosse feito nada seria chamada a Comunicação Social. Concluiu que quem fez esta queixa pretendia fazer sangue, ou por outra pretendia que houvesse uma perda de mandato e que fossem perdidas as eleições, não por vontade do povo mas na secretaria. Por aí se pode ver a que ponto chegaram as queixas, esta chegou ao Ministério Público e do Ministério Público seguiu para a Polícia Judiciária de Faro. Na acusação à Junta de Freguesia é dada conta que as Comissões de Festas de Nossa Senhora do Ó, da qual fazia parte o senhor Presidente da Junta e depois o senhor Tesoureiro, não prestavam contas a ninguém, à população, às Autoridades Policiais ou Fiscais, que faziam propaganda a favor das festas mas no fim contas nada, que na Casa do Povo é feita uma cozinha ilegal, um

bar, sem licenciamento, que a Junta de Freguesia tem um empréstimo ilegal há mais de 3 anos, em valor superior ao que a lei autoriza e que não pagam os empréstimos por terem no banco quem os ajuda, o senhor Presidente disse que esta parte o fazia sentir um Ricardo Salgado, ou seja, têm um cúmplice no banco, que um trabalhador do quadro da Cruz Vermelha Portuguesa trabalha há anos com as ambulâncias e este dá o dinheiro do seu vencimento à Junta, ou seja, o senhor Presidente disse ironicamente que tinha que ter uma conversa com o senhor José Seríaco porque está a falhar nas transferências. Também é referido que a Junta organiza lanches, almoços e jantaradas num estabelecimento comercial, a Sociedade A Monumental Sobralense pelo facto do Presidente da Junta de Freguesia ser amigo e familiar direto do responsável daquele estabelecimento, que a Secretária da Junta apresentou a demissão e que quem a substituiu nem fazia parte da lista. Que a Junta mais uma vez pediu um empréstimo de valor ilegal das instituições bancárias de Crédito Agrícola. Na queixa do IGF ainda era acrescentado que a Junta enganou o Banco. Para os presentes terem uma noção dos contornos causados por esta situação, um dia telefonou um inspetor da Polícia Judiciária para falar com o senhor Presidente que ficou perplexo, tendo-se prontificado para quando o inspetor quisesse, ao que o inspetor retorquiu que tinha que ir a Moura, dava um salto ao Sobral e falava com ele, tendo ficado assim assente. No dia, um pouco antes da hora marcada o senhor Presidente da Junta deslocou-se à Junta de Freguesia. O inspetor perguntou-lhe se calculava porque é que se encontrava ali, tendo o senhor Presidente da Junta respondido que não, se tal seria devido a um incêndio que tinha acontecido numa habitação da localidade em que se tinha verificado o óbito de uma senhora, que talvez fosse por isso mas que pensava não ter sido de origem criminosa ao que ele respondeu não ser esse o motivo, mas sim, por o senhor Presidente da Junta se encontrar envolvido numa data de processos. O senhor Presidente da Junta ficou sem palavras e completamente desmotivado na função de autarca e magoado pessoalmente pois nunca teve esse tipo de construção a nível da família, podendo ser pobres mas nunca roubaram nada a ninguém e os valores que lhe foram transmitidos foram de seriedade e respeito pelo próximo, por isso foi difícil aceitar a situação, mas o inspetor e uma inspetora pediram para se sentarem ao computador e colocar uma pene, tendo-os colocado à vontade, pedindo o inspetor que continuasse de pé pois

iriam pedir-lhe documentos o que fizeram logo de seguida, indagando sobre as festas porque não havia fiscalização nem balancetes, ao que o senhor Presidente respondeu ser tudo falso pois toda a gente sabe que são do conhecimento público, o senhor Presidente da Junta também é o Presidente da Associação e todas as Comissões de Festas prestam com tas em relação àquilo que é o seu exercício, e inclusive desde que existe a Associação essa prestação de contas é mais frequente fazendo-se de 6 em 6 meses. Relativamente ao Bar ilegal disse nem ter ponta por onde se pegue, à acusação de se estar a beneficiar a Sociedade Monumental, mostrou-lhes os documentos que eram feitos, as atas, os próprios cartazes em como por exemplo, o Dia da Mulher um ano é na Sociedade União Recreativa Sobralense e no outro ano é na Sociedade A Monumental Sobralense, com o jantar de Natal procede-se da mesma forma. Foi explicada a situação do trabalhador José Seríaco com toda a tranquilidade, que era um processo que já existia antes deste Executivo, que consistiu na dispensa deste funcionário da Junta a uma entidade que presta um serviço importante à população, Cruz Vermelha Portuguesa, não se tendo querido alterar por já vir detrás, mostraram-se os pagamentos dos empréstimos, mostrou-se o parecer da CCRD relativamente à substituição da Secretária, tendo posteriormente e à semelhança do que foi feito com a IGF enviado para eles por e-mail todo o processo, o que foi feito, com a ajuda dos Administrativos António Limpo e Andrea, inicialmente os inspetores não queriam mais ninguém na secretaria da Junta mas depois já pediram para os funcionários entrarem para poderem ajudar a procurar os documentos. Resumindo e para concluir, o processo de todas estas acusações e mais algumas foi arquivado e no final do relatório vem referido que "perante isto notoriamente não é preciso estar a afirmar que foram recolhidos indícios sólidos múltiplos e concordantes com a segurança necessária para sustentar uma acusação pelos factos referenciados, muito pelo contrário. Disse que mais uma vez a Junta foi auditada pelo Departamento financeiro da Polícia Judiciária que levou toda a documentação necessária na pen, tendo ficado provado mais uma vez que na Junta de Freguesia de Sobral da Adiça não existem quaisquer indícios de crimes, pois todos os processos nesta Junta se encontram bem feitos, provavelmente poderá haver lacunas, tal como a questão das rubricas, no entanto faz-se o melhor que se pode, com o que se tem e estar a ser acusados de 3 situações deste tipo é uma coisa nunca vista numa autarquia desta

dimensão, pois é completamente desnecessária e completamente triste terem sido acusados duma coisa deste tipo quando são pessoas que dão a cara, dão trabalho, dão tudo o que têm, auferindo uma compensação para encargos que não dá para as deslocações a que o cargo obriga, pois o senhor Tesoureiro que residindo em Moura se desloca 3 vezes por semana ao Sobral tem que pôr dinheiro do dele. Quando o senhor Presidente se deslocou após o confinamento a buscar as camisolas disse que tinha ido no seu carro. Quer qualquer pessoa pode perguntar se algum membro da Junta tem alguma ajuda de custo da Junta para pagar nem que seja um litro de gasóleo, ninguém tem, pois mais claro do que isso e quando o senhor Tesoureiro falou no resultado financeiro da Junta, tal demonstra a solidez e rigidez com que foi feita a gestão financeira da Junta. A situação que ocorreu da negociação dos empréstimos prendeu-se nada mais nada menos com o problema do pagamento das despesas de saúde, da qual não se estava à espera, posteriormente houve uma conversa com a Câmara Municipal a qual disse que iria apoiar a Junta neste processo, após a entrada do Executivo Municipal atual, este referiu que não assumia essa situação porque não tinha ficado escrito em lado nenhum. Na verdade tinha havido uma reunião, ainda não tinha ido à Assembleia têm o direito de não assumir. Chegou-se ao final de novembro e dezembro e os funcionários recebem a dobrar em novembro e segue-se dezembro, depois fica as questão ou se paga o empréstimo ou se paga aos trabalhadores tendo ficado mais descansados do pessoal receber. Disse achar que estas situações eram desnecessárias, pois a Assembleia de seguida irá votar favoravelmente uma revisão orçamental por causa de 1 euro, tendo esse euro resultado da venda dos prédios à ASAI. Esses prédios são pertença da ASAI. Perguntou se será que este processo estava bem conduzido e respondeu que se calhar não estava senão não estávamos nesta situação. Perguntou se vale a pena estar a acusar as pessoas respondendo que se calhar para estas instâncias duvidava que valesse a pena, mas, disse que garantidamente há uma coisa, ele o senhor Tesoureiro e a senhora Secretária que é deitarem-se todos os dias na almofada de cabeça tranquila e com a certeza de que no dia a seguir quando vem aqui e mete a chave à porta da Junta é na intenção de fazer para a Freguesia o melhor que sabe. A sua área como toda a gente sabe não é a gestão, não é a economia não é as finanças, pode errar mas o senhor António Limpo está aqui há anos e passou por enormes

reformas aos níveis do POCAL e mais não sei quê e mais isto e mais aquilo, a senhora Andrea está aqui há menos tempo mas mesmo assim, se calhar já passou por 2 ou 3 mudanças tendo a última sido há bem pouco tempo e faz-se o melhor que se consegue com os conhecimento que cada um de nós tem apoiados nos nossos consultores que também são pessoas e como tal também falham, pois são eles que dizem a Andrea tira este dinheiro para aqui ou o António tira da 103 e ele disse não saber mas que assume perfeitamente. Posto isto disse pensar que do IGF para já terão ficado esclarecidos, poderá vir a acontecer uma multa por terem violado a norma X e a norma Y, deviam ter consultado deviam ter posto a rubrica correta e deveria ter visto do Tribunal de Contas, tudo bem. Posto isto, tem-se um Parque Infantil para as crianças brincarem, está pago e como o senhor Tesoureiro referiu há disponibilidades financeiras para fazer outro e isso é o mais importante, sendo que este documento prova que a gestão da Junta é limpa e sem pontas soltas para as contas de cada um embora digam que o José Seríaco dá o seu ordenado.
A senhora Rita Dinis disse que agradecia o esclarecimento tendo pena de não terem sido informados destas queixas para a Polícia Judiciária, pois esta situação envolve todos pois com isto estão a dizer que aqui estão a ser cometidos crimes, disse que não deverá haver dúvidas se alguma vez as houve, que estas queixas, das quais disse que nem fazia comentários sobre o teor das mesmas, que não partiram da bancada do PS, se alguma vez houve essa dúvida que não haja, pela sua honra disse poder dizer que nenhuma dessas queixas partiu de si, que era o que faltava.
A senhora Secretária da Junta respondeu que se não partiu da Bancada do PS de alguém partiu, ou de uma bancada ou da outra.
A senhora Rita Dinis em relação a esse tipo de acusações, voltou a referir que ela não fez queixa nenhuma e que todos sabem muito bem, relativamente à documentação, às atas, há outras freguesias em que tal não se verifica, tudo aquilo que é dito na Assembleia é baseado e aprovado nas atas e encontra-se online, que felizmente há essa evolução com o portal da Junta e que em relação à negociação do empréstimo, a bancada do PS votou a favor, aliás foi votada a favor por unanimidade, e agora a bancada do PS ia fazer uma queixa para arranjar problemas para si? Desculpe lá senhora Secretária da Junta, por favor, é que isso também são acusações complicadas, ela disse que não fez queixa nenhuma, era só o que faltava.

O senhor Presidente da Junta disse que naturalmente tinha que ter sido alguém e não vai dizer, nunca o dirá porque não pode afirmar que foi o Daniel, que foi a Rita, não sabe quem foi, mas que de facto as queixas foram feitas com maldade, havendo uma coisa em que tem que concordar com a Maria, o que aqui se verifica é que ou a pessoa se dedicou inteiramente a ir ver atas e atas e atas e leu as atas todas que se elaboram, pois há uma coisa que se esqueceu de dizer, o Ministério Público pediu toda a documentação à Junta de Freguesia mas também à Caixa Agrícola e à Caixa Geral de Depósitos para comparar as assinaturas, inclusivamente foi ver as contas pessoais do senhor Presidente da Junta e do senhor Tesoureiro, as da senhora Secretária não porque na altura ainda não fazia parte do Executivo, e outra coisa ainda mais importante, o que as pessoas quando fazem estas acusações não sabem, é que quando se faz aquele tipo de empréstimos tem que se levar o contrato e tem que se levar a um solicitador, a um advogado, ou ao notário para atestar as assinaturas presencialmente, não é veja lá estão aqui estas assinaturas coloque lá o carimbo, têm que estar presentes os 3 assinar à frente do notário ou do solicitador para que possa atestar que aquelas são as assinaturas, tendo sido isso que o Ministério Público fez, perante atas que a Caixa Agrícola tinha, foi ver atas que estão no site e ainda pediram atas que estavam guardadas para verem se aquelas atas e as minutas eram iguais ou adulteradas, pois isto não foi uma brincadeira, e disse compreender a revolta da senhora Secretária e que imaginassem a sua, disse que não iria acusar ninguém, que poderiam ficar descansados, que em relação ao IGF não pode falar mais, iriam fazer a defesa e não se vai falar no teor, no entanto basicamente já o referiu o teor de um, deste poderia dizer porque se encontra arquivado, no entanto são situações complicadas pois nunca se viu nisto nem nunca pensou ver-se, não é que tenha medo do inspetor da Polícia Judiciária que é uma pessoa, mas nunca imaginou ter que passar por isto, faz-se tudo de boa fé e a senhora Rita Dinis e a senhora Maria do Rosário disseram uma coisa que é certa, a pessoa que fez tinha que ser daqui, não sabe quem foi mas não pensou que podia ser metida ao barulho, e, afinal, têm que ser todos metidos ao barulho porque toda a gente vai ter que fazer o Direito Contraditório Pessoal, se quando se fez isto se julgou que se ia entalar o Presidente e o Tesoureiro, onde diz que eles geriam a Junta sozinhos e que não queriam saber de mais ninguém, a coisa não é bem assim, que a

bancada do PS sabe tão bem como o Executivo, muitas vezes as pessoas participam mas apenas nos últimos lugares onde não for elegível para a Assembleia, outros há que não se importam der vir a participar na Assembleia agora para o Executivo nem toda a gente quer vir, e essa é que é a verdade, sendo que o órgão mais importante da Freguesia é a Assembleia por ser o órgão deliberativo, no entanto o órgão executivo é sempre o que tem a cabeça na pedra e que tem que trabalhar mais, tanto que as acusações iniciais recaem todas naturalmente ou sobre a Junta ou sobre o Presidente da Junta, pois não dizem lá que foi o Pedro que roubou ou que o Francisco roubou ou o Daniel, basicamente dizem que quem se anda a apoderar do poder é o Presidente da Junta e os comparsas, por aquilo que é entendido no documento é que o José Seríaco lhe dá o dinheiro do ordenado. Esta situação é feita para poder dar perda de mandato e a verdade é que dizem logo lá que não se trata de perda de mandato.

O senhor Francisco Baldonado disse que não sabia e que tinha ficado perplexo assim como o senhor Presidente da Junta, que é com muita pena sua e que quando foi convidado para fazer parte de uma lista para a Junta de Freguesia, disse falar por si, tudo o que faça em prol ou que vote a favor ou que vote contra é sempre em prol da Freguesia, e aquela pessoa que fez esta acusação deu-se muito ao trabalho de não num dia nem em dois de fazer uma coisa como deve ser, referiu ter pena da cobardia dessa pessoa, pois ele quando tem que dizer alguma coisa diz na cara das pessoas, pois fazer acusações por trás é de uma cobardia extrema, e, pior ainda, quem está a fazer essa acusação é uma pessoa da Freguesia, que todos os dias nos vê, quem vota a favor ou contra vê quem faz parte da Junta e se calhar é daquelas pessoas que não tem explicação para se dizer seja o que for, no entanto deixa-o orgulhoso de saber aquilo que o senhor Presidente da Junta acabou de dizer, que têm tudo em ordem, e diz que fala assim porque quando fez parte da lista fala como se fizesse parte do Executivo, tendo ficado contente, não havendo nos dois mandatos nada para trás pelo que fica satisfeito e se tiver que responder por alguma coisa está pronto para tal, referiu ter ficado um bocado triste com a situação mas que é assim a vida e que esta continua.

O senhor Presidente da Junta quis agradecer as palavras do senhor Francisco Baldonado e quis deixar bem claro que enquanto Junta de Freguesia e que ninguém

poderá acusar ninguém uma vez que se trata de uma carta anónima, no entanto e naturalmente disse concordar com o senhor Francisco Baldonado, pois todos se veem todos os dias e há a família, trabalha-se aqui, se houver alguma coisa que se possa melhorar melhora-se entre todos e as eleições ganham-se com projetos, com trabalho, com dedicação, pois esta situação só prejudica toda a gente, têm que andar todos enleados com isto, tem que se andar com respostas, com justificações e no final de contas veio-se
verificar que há lacunas no processo do Parque Infantil, estando no entanto feito e pago. Referiu ser de facto lamentável, sendo desnecessário em sua opinião, deixando muitas vezes com vontade de dizer que se calhar a política assim não vale a pena, mas depois pensa que se uma pessoa que é capaz de uma atitude deste tipo, chega ou novamente à Assembleia ou que vem para a Junta o que é que será desta Freguesia com pessoas que são capaz de fazer estas coisas e se fosse trabalhador teria receio de trabalhar assim com uma pessoa deste tipo pois era capaz de destratar alguém, coisa que atualmente garantidamente não acontece, reinando acima de tudo o respeito e voltou a dizer que para ele sempre estarão em primeiro lugar os trabalhadores e quando este não for o princípio das suas funções na Junta aí sai.
O senhor Presidente da Assembleia disse que para fechar o tema queria dar a sua opinião, começando por dizer que não sabia qual terá sido a data da denúncia mas que não terá sido inocente a altura e que isto deve ter sido uma tentativa de assassinato político e de carater do executivo, disse que infelizmente tem pena de ser uma denúncia anónima achando que nestas coisa as pessoas se devem assumir, que estar na sombra só mostra o caracter dessa pessoa, ficou no entanto satisfeito por toda a parte criminal ter sido arquivada e cá estará também para responder à parte das Finanças e se houver lugar a multa cá estará para a assumir também, referindo que não há-de ser o senhor Presidente da Junta, está orgulhoso por fazer parte desta lista e continuará a apoiar o Executivo como sempre tem feito, pedindo que continuem com o bom trabalho que têm executado até agora.
A senhora Secretária disse que em relação à bocado o que estava a dizer quando a Rita estava a falar, não era a acusar ninguém estava dizer e volta a afirmá-lo não tendo medo do que ia dizer, que fosse quem fosse foi alguém da mesa, seja do 2.º

mandato seja do 1.º mandato, foi alguém que se sentou ali seja de uma bancada ou da outra, porque não duvida que tenha sido da bancada da CDU, portanto, independentemente disso alguém foi e que fique esclarecido que ninguém acusou ninguém agora que foi da mesa com certeza que foi, não tem a mínima dúvida, alguém foi, enquanto esteve ali sentada, as assinaturas ficam ali todas agora respondem todos, se quem o fez pensando que se safava a sua assinatura também lá está. De certeza quando a senhora Rita disse que também assinou, quando se tentam levantar o que já tem acontecido algumas vezes só assina um dos lados o outro não, passam a assinar todos que é para a responsabilidade ser de todos pois neste tipo de coisas quando uma pessoa se dá ao luxo de fazer uma queixa destas, independentemente seja de um lado ou do outro, pois não se sabe com quem se lida, uma vez que quem vê caras não vê corações, a responsabilidade cai sobre todos.
O senhor Tesoureiro disse que ia pegar nas palavras do senhor Presidente da Junta, não ia acusar ninguém fosse de que lado fosse, mas considerou ser uma atitude completamente cruel, indecente, que ia ler a carta que lhe foi enviada para cada um poder tirar as suas elações. Disse ter orgulho em pertencer às listas da CDU desde 2009, esteve nos primeiros 4 anos na oposição e os restantes 8 anos no Executivo, com todo o orgulho, e quando sair da Junta, seja como for sairá de cara levantada e com a consciência do dever cumprido e ter dado o melhor pela sua Freguesia.

Como mais ninguém quis acrescentar mais nada, o senhor Presidente da Assembleia passou ao período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 – Apreciação e aprovação da ata n.º 6 da reunião ordinária de 29 de dezembro de 2020;
VOTOS A FAVOR – SEIS;
VOTOS CONTRA – ZERO;
ABSTENÇÕES – ZERO.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA N.º 6 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020.

2 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia no período de 29 de dezembro de 2020 a 12 de abril de 2021 de acordo com a alínea e) do n.º 2 do art.º 9, da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; O senhor Presidente da Junta disse que iria ser mesmo muito rápido para justificar 2 situações, prendendo-se a primeira coma atual Casa Mortuária, foi feita a escritura pública em 8 de janeiro, tendo em seguida que passar a parte da reclamação e a publicação no jornal, resultando com a situação do COVID que as Conservatórias pararam, tendo tido conhecimento que reiniciaram no Primeiro Desconfinamento, pelo que em breve a Casa Mortuária se encontrará em nome da Junta e pronta a dar seguimento ao processo de requalificação a candidatura aos fundos que estão combinados com a Câmara Municipal de Moura, assim que se saiba mais alguma coisa sobre este processo será dado conhecimento à Assembleia. Brevemente a Casa Mortuária estará resolvida. Relativamente aos Sanitários também foi assinado um protocolo com a Câmara onde foi pedido apoio que não é aquele que a Junta gostaria mas que foi o possível e brevemente irão ter início as obras. Para finalizar, e não está na Informação Escrita do Presidente porque foi hoje, mas quis agradecer à comunidade escolar, nomeadamente aos professores, funcionários e especialmente aos alunos porque vieram brindar a Junta com 2 laços azuis no decorrer do mês dos Maus Tratos na Infância, tendo sido uma manhã muito divertida e eles adoraram vir à Junta.

3 – Apreciação e aprovação da Minuta do Contrato de Locação Financeira Mobiliária n.º 100127758 entre a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça e a Caixa Geral de Depósitos para aquisição de um trator e respetivas alfaias agrícolas

A senhora Antónia Mestre disse que queria perguntar se os 68.000 euros eram só mesmo do trator, teve conhecimento dos valores e achou um pouco exagerado, para além disso a marca também acha que não é das melhores, ou se tem a ver com mais alguma coisa. A senhora Rita Dinis quis saber se o seguro do trator é pago à parte ou se está incluído nas prestações. O senhor Presidente da Junta disse que em relação à pergunta da senhora Antónia Mestre estão incluídos um trator, um reboque agrícola, um carregador frontal e um limpa bermas. No que toca à marca, nos concursos não se podem meter marcas e as indicações do que seria necessário foram dadas pelo funcionário da Junta António Castelhano que percebe dessas coisas e será a pessoa que depois será o principal utilizador do equipamento. Relativamente ao seguro disse que pensa que o único seguro que ali se encontra incluído é o seguro normal do Crédito, mas poderá posteriormente esclarecer por não ter sido falado. Pensa que esse tipo de seguros será feito à parte do equipamento, havendo um contrato com uma seguradora que tem este tipo de seguros, acrescentando equipamentos, trabalhadores, o Parque Infantil, as balizas, etc. fez-se um procedimento para esses

seguros. Quando chegar o trator vai ter que ser assegurado com todo o equipamento e será pago à parte. Disse querer esclarecer para que não haja dúvidas relativamente ao contrato. É um contrato que tem estado a ser enviado para o Tribunal de Contas e estes vão fazendo um reparo disto, outro reparo do outro, ou pedem mais isto ou mais aquilo, quando tiver o visto do Tribunal de Contas ninguém poderá apontar seja o que for, e o contrato de locação financeira vem aqui porquê? Ele já tinha vindo mas por 10 anos, porque o consultor não interpretou a lei dessa forma. No entanto os 10 anos só se aplicam a bens imóveis, para bens móveis não pode ir além dos 5 anos, daí que vai que ter que ser feito em 5 anos, caso seja aprovado nesta Assembleia seguirá para Tribunal de Contas e o trator chegará à Junta de Freguesia com o visto do Tribunal de Contas e só após este visto é que poderá haver trator e alfaias. O senhor Francisco Baldonado disse em relação ao trator que em questão de marcas é bem conseguida, a Lamborghini tem muita mistura de Deutz e a Deutz era das marcas mais caras do mercado, os valores para o trator e restante equipamento estão dentro dos preços normais e no que toca à taxa de juro que está a ser negociada não é muito fácil de arranjar um spread destes, uma vez que os spreads que se conseguem arranjar são de 3%, 3,25%, 1,5% é um bom spread. O senhor Presidente da Junta disse que tinham ganho com esta obrigação do Tribunal de Contas em reduzir o tempo fez com que o spread fosse também reduzido, Disse que o Tribunal de Contas é uma das melhores instituições públicas com que trabalhou até hoje. A Gestora deu-lhe o n.º para quando tivesse dúvidas lhe ligar e sempre o tem atendido, o que acha muito curioso por parte de uma instituição com aquela envergadura, dá o n.º e atende sempre e quando não atende devolve a chamada. O senhor Tesoureiro disse que não sabia se tinha ouvido bem mas que a senhora Antónia Mestre tinha dito que tinham 68.465 € para pagar do trator. O valor quer a Junta vai pagar e que consta num documento que foi distribuído pelos membros da Assembleia nos próximos 5 anos, dá um total de 81.057,08€, que era bom que fossem os 68.000€ pois isto é sem IVA. Aos valor dos 68.000,00€ tem que se acrescentar o IVA e todas as taxas processuais, tais como os contratos, as comissões de abertura, as comissões de encerramento, etc., sendo um investimento que a Junta vai fazer no valor de 81.000,00€ sendo a taxa de esforço assegurada pelos cofres da Junta, dando o orçamento da Junta perfeitamente para colmatar. Como ninguém mais quis usar da palavra o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.

VOTOS A FAVOR – SEIS;
VOTOS CONTRA – ZERO;
ABSTENÇÕES – ZERO.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA N.º 100127758 ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR E RESPETIVAS ALFAIAS AGRÍCOLAS

4 – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão Orçamental 2021

O senhor Presidente da Junta diz que esta Revisão Orçamental vem no seguimento de uma situação em que todos ficam a ganhar, a ASAI que presta um serviço importantíssimo para a Freguesia, fica com o que lhe é de direito que são os prédios onde funciona e a Junta de Freguesia ganhou um euro com esta regularização.

VOTOS A FAVOR – SEIS;
VOTOS CONTRA – ZERO;
ABSTENÇÕES – ZERO.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO DE 2021

APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA

A Assembleia de Freguesia de Sobral da Adiça reunida em sessão ordinária no dia 15 de abril de 2021, no edifício sede da Junta de Freguesia, decidiu aprovar em minuta a seguinte deliberação: Deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n.º 6 da reunião ordinária de 29 de dezembro de 2020; Deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta de Contrato de Locação Financeira Mobiliária n.º 100127758 entre a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça e a Caixa Gral de Depósitos para aquisição de um trator e respetivas alfaias agrícolas; Deliberou por unanimidade, aprovar Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2021. De acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 92. da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi elaborada a presente minuta que, depois de lida e submetida à aprovação, será assinada pelo Presidente e por mim Manuel António Fraústo Verdades, que a secretariei. Assembleia de Freguesia de Sobral da Adiça, 15 de abril de 2021.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente do Assembleia declarou

encerrada a reunião pelas vinte e duas horas e vinte e oito minutos.
Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada.

Sobral da Adiça, 15 de abril de 2021
Os Membros da Assembleia,

Presidente da Assembleia

(Daniel Filipe da Silva Barreto)

1º Secretário

(Manuel António Frausto Verdades)

2º Secretário

(Francisco António Almeida dos Santos Baldonado)